

OS TEÓRICOS DO BRASIL E NOSSAS IDEIAS SOBRE TUDO (PARTE 2)

VALE A PENA LEMBRAR QUAL O PAPEL DE UM BOM TÓPICO FRASAL:

1. Delimitar o ponto de vista do parágrafo.
2. Apontar 1 ideia central já no primeiro período do parágrafo sem enrolação
3. Abrir espaço para o aprofundamento (que você fará) com teóricos, teorias, dados (que eu darei) e comparações inteligentes entre as partes do texto (você verá isso na prática).

TÓPICO FRASAL:

A visão hegemônica de progresso insiste em medir o valor de uma sociedade por sua capacidade de acumular, esquecendo-se de que não há avanço real onde há exclusão sistemática.

POR QUE ESSE TÓPICO FRASAL É EFICIENTE?

Porque se observa uma crítica inteligente e atual:

O tópico mostra que o estudante questiona um modelo dominante e levanta um problema concreto (exclusão social).

Porque expõe uma contradição interna do discurso de progresso:

O progresso deveria beneficiar a sociedade, mas está sendo usado para justificar desigualdades.

Porque conecta áreas (economia e ética):

Liga o acúmulo de riqueza (econômico) ao apagamento da equidade (ético-político).

Porque abre múltiplos caminhos de argumentação:

- * Você pode argumentar com dados sobre concentração de renda.

* Pode citar autores que criticam o modelo desenvolvimentista.

* Pode apresentar exemplos históricos (a depender do tema dado na prova).

COMO TRANSFORMÁ-LO EM UM PARÁGRAFO COM BONS ARGUMENTOS?

Tópico frasal:

A visão hegemônica de progresso insiste em medir o valor de uma sociedade por sua capacidade de acumular, esquecendo que não há avanço real onde há exclusão sistemática.

Explicação simples e direta sem um teórico e sem dados estatísticos:

Esse modelo desenvolvimentista, herdado da modernidade ocidental, associa crescimento econômico ao sucesso nacional, mas ignora os efeitos colaterais desse crescimento, como a precarização do trabalho, a especulação imobiliária e o sucateamento de serviços públicos. Nesse sentido, basta observar o caso brasileiro: nas últimas décadas, mesmo com picos de crescimento do PIB, a desigualdade social e a pobreza urbana continuaram alarmantes, revelando que o “progresso” não foi para todos.

Conclusão do parágrafo (amarrando a ideia):

Portanto, enquanto a lógica do progresso continuar guiada por parâmetros quantitativos e excludentes, o desenvolvimento será, na prática, privilégio de poucos travestido de avanço coletivo.



Antes de continuar, é fundamental perceber o quanto a maioria dos nossos problemas tem relação direta com uma espécie de Exclusão sistemática (que pode muito bem servir como ideia de tópico frasal)



É muito grave perceber o quanto a exclusão do Brasil é literalmente sistemática, ou seja, é uma exclusão de direitos, de recursos, de oportunidades e de reconhecimento sempre associada a determinados grupos sociais de forma estrutural, recorrente e institucionalizada, ou seja, não é um acaso, nem um erro isolado — é um padrão que se repete porque está embutido nas regras, nas práticas e nas estruturas da sociedade.

É quando a sociedade funciona de um jeito que sempre exclui as mesmas pessoas não por acidente, mas por sistema.

Exemplos nítidos de exclusão sistemática:

* Negros e indígenas no acesso à universidade:

Mesmo com políticas de cotas, o sistema educacional historicamente foi pensado para privilegiar os brancos de classe média e alta. Isso faz com que o acesso de negros e indígenas às universidades continue sendo dificultado por uma série de barreiras: escolas públicas precárias, racismo institucional, desigualdade econômica.



* Pessoas com deficiência no mercado de trabalho:

Leis existem, mas na prática, empresas muitas vezes não oferecem acessibilidade ou oportunidades reais. Isso demonstra que **o sistema não foi desenhado para incluí-las**, e sim para tolerá-las em espaços restritos.

* Moradores de periferia em políticas públicas urbanas:

A ausência de transporte, saneamento e segurança adequada nas periferias não é uma falha pontual — é consequência de uma lógica urbana que **prioriza investimentos nos centros e ignora os territórios marginalizados**.

* Mulheres em cargos de liderança:

A cultura corporativa e política reproduz padrões machistas que **dificultam a ascensão de mulheres**, sobretudo negras e periféricas. Mesmo quando são qualificadas, esbarram em barreiras invisíveis — os chamados “tetos de vidro”.

O que torna essa exclusão “sistemática”?

* **Repetição:** acontece continuamente com os mesmos grupos.

* **Estrutura:** está enraizada nas instituições (escola, Estado, mercado).

* **Naturalização:** muitas vezes passa despercebida ou é tratada como “normal”.

* **Justificativa ideológica:** discursos como “falta de mérito”, “não se esforçou”, “não tem perfil” são usados para disfarçar a exclusão.



Outros exemplos com as ideias do filósofo Enrique Dussel:

TEMA: A crise do modelo de desenvolvimento no século XXI

* Exemplo de um parágrafo meu básico e sabido:

Com base nesse cenário, observa-se que grande parte dos problemas sociais contemporâneos, como é o caso de _____, nasce de uma noção de progresso moldada pelo modelo desenvolvimentista moderno, que prioriza o acúmulo de poder e riqueza em detrimento da justiça social e da equidade. Isso ocorre, porque, quando o progresso é guiado por interesses de dominação, e não por princípios de justiça, ele se torna uma “engrenagem de desigualdades” — como mostra o legado do modelo desenvolvimentista moderno em relação a _____. Dessa forma, nota-se que, para construir um projeto de justiça social que vá além da lógica meritocrática e colonial, é necessário, como defende o filósofo argentino Enrique Dussel, um horizonte trans-moderno que reconcilie saberes, territórios e vozes historicamente silenciadas.

* Ideia de Tópico frasal

Com base nesse cenário, nota-se que o ideal de progresso promovido pelo desenvolvimentismo moderno reforça desigualdades sociais, como _____, ao concentrar poder e ignorar as necessidades reais da maioria da população.

* Ideia de Tópico frasal

Com base nesse cenário, nota-se que a concepção moderna de progresso, centrada no crescimento econômico e na eficiência, tem sido uma das principais matrizes das injustiças sociais contemporâneas, por exemplo, em relação a _____, ao subordinar os direitos coletivos à lógica da concentração de poder.

* Vejam que construí vários exemplos criativos para fechar o raciocínio do parágrafo sem ficar brega:

▶ **Desse modo, observa-se que** o modelo desenvolvimentista moderno exige uma revisão crítica da ideia de progresso, que historicamente tem servido mais à concentração de poder do que à justiça social.

▶ **Desse modo, é fundamental repensar** a ideia de progresso social, tecnológico e civilizatório.

- ▶ **Desse modo, repensar** a ideia de progresso tornou-se urgente diante dos impactos sociais, tecnológicos e ambientais produzidos por um modelo que privilegia o crescimento a qualquer custo.
- ▶ **Desse modo, diante de um progresso que exclui, esgota e homogeneiza, é necessário** reconstruir os sentidos de desenvolvimento social, tecnológico e civilizatório com base na dignidade e na diversidade.
- ▶ **Desse modo, nota-se que** a superação do modelo desenvolvimentista moderno exige uma revisão crítica da ideia de progresso, que historicamente tem servido mais à concentração de poder do que à justiça social.



*** Sugestão de uma Conclusão com uma proposta de intervenção:**

Portanto, é imprescindível romper com a herança colonial que ainda estrutura os processos de produção e validação do conhecimento no Brasil. Para isso, o **Ministério da Educação**, em parceria com universidades públicas e movimentos sociais, deve implementar uma política nacional de **curricularização da diversidade epistêmica**, por meio da criação de editais e incentivos que promovam a inclusão de saberes indígenas, afro-brasileiros e populares nos projetos pedagógicos e materiais didáticos. Essa medida deve ser acompanhada de uma **formação continuada de docentes**, com enfoque em práticas de ensino intercultural e decolonial, a fim de garantir que o ambiente escolar se torne verdadeiramente plural e representativo. Assim, haverá um sistema educacional comprometido com a equidade, com o reconhecimento da diferença e com a superação das hierarquias coloniais que historicamente marginalizaram sujeitos e saberes no país.



TEXTO COMPLEMENTAR:

**Um ensaio argumentativo de Fernanda Pessoa (FPzinha aqui) sobre a obra do filósofo Enrique Dussel
Pensar desde as margens – A Filosofia da Libertação como crítica à modernidade colonial**

A modernidade se apresentou ao mundo como epopeia do progresso — uma marcha triunfante guiada pela razão, pela ciência e pela promessa de emancipação. Sob sua bandeira, ergueram-se os mitos da liberdade, do desenvolvimento e da universalidade. Mas sob o brilho desse discurso, estendeu-se uma sombra longa: povos inteiros foram calados, identidades foram anuladas, e experiências vividas foram rebaixadas à condição de ruído histórico. Os povos originários, os africanos escravizados, as mulheres invisibilizadas e os sujeitos periféricos não foram sequer convidados à mesa — foram tratados como obstáculo ou resíduo, como se a história fosse uma avenida por onde apenas alguns pudessem passar. É contra essa lógica que se insurge a Filosofia da Libertação, especialmente na formulação de Enrique Dussel. Seu gesto não é reformista; é fundacional. Em vez de atualizar os cânones, propõe subvertê-los: pensar não a partir do centro, mas da borda; não do dominante, mas do excluído.

Dussel convoca uma virada ética e epistemológica: fazer da vítima o ponto de partida do pensamento. Isso significa deslocar o eixo do saber — tirar a modernidade de seu pedestal e olhar o mundo a partir de quem foi deixado de fora. Para isso, ele mobiliza conceitos estruturantes. A “totalidade” representa o sistema dominante — um campo fechado de poder e sentido, onde o Ocidente define o que é verdade, legitimidade, humanidade. Tudo o que escapa a essa moldura passa a ocupar o território da “exterioridade”: os não reconhecidos, os silenciados, os que carregam uma existência que o discurso moderno não sabe nomear. Esses sujeitos não estão apenas fora — estão alienados, privados da possibilidade de se reconhecerem como autores de si. São corpos tratados como objeto, não como presença. A alienação, aqui, não é uma distração individual: é uma condição política imposta por um mundo que transforma desigualdade em destino.

Essa estrutura não se limita aos livros de história. Ela infiltra-se no cotidiano: nas escolas que apagam saberes não brancos; nas empresas que fetichizam a eficiência e romantizam a competitividade; nas políticas públicas que falam de inclusão com a boca e reproduzem exclusão com a prática. O discurso da meritocracia, tão celebrado no neoliberalismo contemporâneo, não passa de uma reedição da lógica totalizante: transforma privilégio em conquista e injustiça em mérito. Mas a Filosofia da Libertação não se contenta com o diagnóstico. Ela propõe um recomeço: uma filosofia da proximidade, do reconhecimento do outro não como tolerância ou concessão, mas como vínculo ético e político. Libertar, nesse sentido, não é apenas romper grilhões — é refundar o horizonte, abrir espaço para que outras vozes contem o mundo a partir de si. É escutar, acolher, reordenar os critérios do que se considera saber, verdade, valor.

Esse gesto exige também uma batalha epistemológica: romper com a monocultura do conhecimento imposta pela modernidade eurocêntrica e pluralizar os modos de pensar. Há saberes que brotam da terra, do corpo, da oralidade, da ancestralidade — e que, por isso, foram descartados como “inferiores” por um pensamento que se pretendia neutro, mas nasceu colonial. Valorizar essas formas de conhecimento é resistir ao epistemicídio e afirmar a possibilidade de um mundo onde muitos mundos caibam — um mundo **pluriversal**, não centralizado, não hierárquico.

A história moderna foi escrita com a pena dos vencedores. A Filosofia da Libertação propõe escutar os vencidos — não por generosidade, mas por justiça. Só assim será possível desmontar as engrenagens coloniais que ainda movem nossos saberes, nossas instituições e nossas formas de existir. E quem sabe, assim, sonhar outros mundos: menos verticais, mais habitáveis, e, sobretudo, mais justos.

Foi só um desabafo intelectual mesmo!

Vamos seguir:

PRECISO VOLTAR A EXPLICAR, DE FORMA RESUMIDA, O CONCEITO DE TRANSMODERNIDADE:

A **transmodernidade** é um conceito que vai **além da modernidade** e da pós-modernidade.

- * A **modernidade**, que começou na Europa, apresentou ideias como razão, ciência, progresso, técnica. Porém, ela **foi construída com base na colonização, na escravidão e na exploração** dos povos da América, África e Ásia.
- * A **pós-modernidade**, por sua vez, critica os abusos da modernidade, mas muitas vezes cai no **relativismo ou no ceticismo** sem oferecer soluções concretas.
- * A **transmodernidade** aparece como **uma superação ética e política** dessas duas formas:

Não rejeita todo o saber moderno, mas o **questiona criticamente**.

Defende uma convivência entre o saber ocidental e os **saberes ancestrais e comunitários**.

Propõe um mundo **pluriepistêmico**, ou seja, no qual os vários modos de conhecer coexistam com o mesmo valor.



POR QUE AINDA NÃO ANALISAMOS O BRASIL A PARTIR DE QUESTÕES REAIS E ATUAIS?

Porque a sociedade brasileira, por não ter acesso à educação de qualidade, ainda ignora uma visão social pluristêmica, ou seja, uma visão que permita o entendimento sobre a coexistência dos vários modos de conhecimento como sendo fundamentais. Em outras palavras, é até verdade o filósofo Rousseau foi um contratualista fundamental para o entendimento sobre as relações sociais na Europa do século XIX, mas é importante reconhecer que são estudiosos como a filósofa Sueli Carneiro e o ambientalista Ailton Krenak que entendem as muitas realidades sociais do Brasil do século XXI.

Quadro Comparativo:

Monocultura do Saber x Diversidade Epistêmica

Aspecto	Monocultura do Saber	Diversidade Epistêmica
Origem do conhecimento	Europa Ocidental	Múltiplas culturas (indígenas, africanas, periféricas, etc.)
Critério de validade	Método científico eurocêntrico	Validação comunitária, ancestral, territorial
Papel da tradição oral	Ignorada ou desprezada	Reconhecida como forma legítima de saber
Relacionamento com a natureza	Dominador, extrativista	Interdependente, respeitoso

Papel na escola/universidade

Currículo formal e centralizado

Currículo aberto, dialógico e contextualizado: que é o que fazemos aqui no Curso

Exemplo prático:

Em vez de estudar ou decorar os filósofos que estudaram os contratos sociais na Europa em seus respectivos séculos: Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), como cidadãos globais e transmodernos que somos, é ainda mais urgente incluir os pensamentos de Davi Kopenawa, de Ailton Krenak, de Sueli Carneiro e de muitos-ssssss intelectuais africanos, indígenas e periféricos, para tratar todos eles como produtores legítimos de conhecimento atual em relação ao Brasil e a outros países do Sul Global.

Vamos para mais um grande teórico:

LADISLAU DOWBOR – 1941 (VIVOOOOOOOOO)

Economista brasileiro genial

* Base de suas ideias:

Critica a ideia de crescimento do PIB como medida de progresso. Defende uma economia voltada para o bem comum, e não para o acúmulo de capital improdutivo.

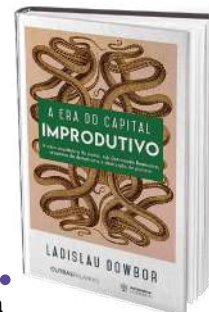
* Obras que li para fazer o material:

- ▶ “O que é Poder Econômico” (1981)
- ▶ “A Era do capital improdutivo” (2017)

O economista **Ladislau Dowbor** é um dos intelectuais mais respeitados do Brasil no campo da **economia crítica e humanista**. Suas ideias questionam o modelo econômico tradicional centrado no lucro e no crescimento do PIB, e propõem uma nova lógica econômica baseada na **redistribuição, sustentabilidade, democracia e bem-estar coletivo**.



dowbor.org

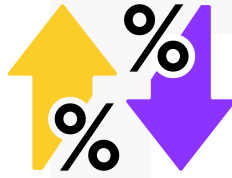


1. CRÍTICA O CAPITALISMO FINANCEIRO E IMPRODUTIVO

Dowbor denuncia que vivemos sob o domínio do que chama de **“capital improdutivo”** — ou seja, grandes volumes de dinheiro que circulam entre bancos, fundos e corporações **sem gerar emprego, produção ou benefícios sociais reais**. Para ele, a economia passou a servir **à especulação financeira, e não à vida**.

“Não temos escassez de recursos, temos escassez de governança.”

2. APONTA A DIFERENÇA ENTRE O CRESCIMENTO O PIB ≠ DESENVOLVIMENTO



Segundo Dowbor, medir o progresso de um país apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é um erro grave. Esse indicador pode subir mesmo quando aumentam a desigualdade, o desmatamento e a precarização da vida.

Ele propõe substituir a obsessão pelo crescimento por uma busca por **bem-estar, justiça social e equilíbrio ambiental**.

Obra-chave: O que é Poder Econômico (1981), além de inúmeros artigos sobre indicadores alternativos.

3. DENUNCIA A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA COMO MOTOR DA DESIGUALDADE

Dowbor explica que os bancos e fundos de investimento controlam boa parte dos fluxos econômicos globais, extraindo lucros por meio de **juros, dívidas e monopólios digitais**, sem devolver riqueza à sociedade. Essa lógica concentra renda, enfraquece o Estado e **sabota políticas públicas**.

Resultado: serviços públicos sucateados, estados endividados e população vulnerável.

4. APOSTA NA ECONOMIA PARA O BEM COMUM

Em oposição ao individualismo neoliberal, Dowbor defende uma **economia voltada ao bem comum**, que priorize: a **inclusão social, a democratização da informação, a proteção ambiental e a economia solidária e colaborativa**.

Ele acredita que **o conhecimento deve ser tratado como bem público**, e não como propriedade privada de grandes corporações.

5. DEFENDE A REFORMA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Para Dowbor, uma **reforma fiscal progressiva** é essencial para reduzir desigualdades. Isso significa:

- * Tributar grandes fortunas, heranças e lucros financeiros.
- * Reduzir impostos sobre o consumo e os mais pobres.
- * Investir em políticas públicas que gerem qualidade de vida, não só retorno financeiro.

O problema não é falta de dinheiro — é má alocação e captação do orçamento por interesses privados.

6. DEFENDE A REAL DEMOCRATIZAÇÃO DA ECONOMIA E DO CONHECIMENTO

Dowbor defende que os processos econômicos devem ser compreensíveis e debatidos pela população. A economia não deve ser um “mistério técnico” restrito a especialistas, mas um campo **aberto à cidadania**, pois impacta diretamente a vida de todos.

Por isso, ele escreve com linguagem acessível e oferece seus livros gratuitamente online.

Eixo	Ideia Central
Capitalismo financeiro	Gera lucro sem gerar valor social ou produtivo
Crescimento x Desenvolvimento	PIB não mede qualidade de vida
Desigualdade	Surge da concentração de poder econômico e financeiro
Economia humanizada	Deve priorizar bem comum, não lucro privado
Governança	O problema é político, não técnico: falta justiça fiscal e gestão democrática

Trechos de obras dele:

“O sistema financeiro sufoca a economia real e impõe custos enormes.”

“Como foi se deformando o sistema financeiro que atualmente impõe enormes custos para a economia real, obrigando-a a sustentar uma imensa superestrutura especulativa... É assim que esse sistema se torna um dreno para a atividade produtiva.”

“O que chamam de racionalidade econômica é, muitas vezes, brutalidade social.”

A economia moderna drena recursos em vez de empregá-los para criar valor social e sustentar o desenvolvimento.

“O rentismo funciona como um parasita — sem retorno social.”

Dowbor descreve que “os fundos especulativos funcionam de forma predatória e trazem retorno medíocre, penalizando salários e empregos”

Ele evidencia como o rentismo — lucros obtidos sem gerar bens ou serviços — esvazia a economia em benefício de poucos.



“O capitalismo atual opera no cassino financeiro global.”

“Para acumular riquezas, já não é preciso produzir nada: basta aplicar no cassino financeiro global — que suga trabalho e recursos de toda a sociedade.”

Dowbor denuncia a transformação do capitalismo em um jogo especulativo, em que o lucro substitui a produção real, enquanto a maioria sofre as consequências.

“O oligopólio financeiro se transforma em poder político.”

O autor mostra que “um pequeno núcleo de corporações, em sua maioria bancos, concentra controle econômico, político e cultural, manipulando leis, regulamentos e decisões globais”

Isso reforça uma crítica contundente: o poder financeiro captura o sistema político, corroendo a democracia e o bem-estar público.

“A saída exige regulação, reforma fiscal e novas finanças públicas.”

Ele defende “alternativas financeiras públicas” e uma reforma tributária que retire do funcionalismo financeiro os recursos capturados e os destine ao investimento social

Dowbor indica soluções concretas: fortalecer o Estado com mecanismos para restringir o capital improdutivo e fomentar políticas públicas inclusivas.

Dowbor constrói um panorama econômico que denuncia a financeirização como **eixo central** do capitalismo contemporâneo, uma lógica que:

- * Extrai riqueza sem produzir valor real;
- * Captura estruturas políticas e democráticas;
- * Concentra renda e poder;
- * E fragiliza a economia real, a democracia e os serviços públicos.

Ele propõe uma **economia regenerativa, orientada para a justiça social, o bem comum e o uso responsável dos recursos**, com ênfase em:

- * Regulação financeira;
- * Reforma tributária;
- * Fortalecimento de finanças públicas;
- * Democratização do conhecimento econômico;
- * Fomento à economia solidária e ao investimento social.



Vejamos alguns pontos:

Economia, desigualdade e desenvolvimento

1. O crescimento do PIB, por si só, deixou de ser sinônimo de desenvolvimento quando passou a servir ao lucro de poucos, em vez do bem-estar de todos.
2. A financeirização da economia tem transformado riqueza em privilégio estéril, concentrado em circuitos que pouco tocam a realidade das maiorias sociais.
3. O modelo econômico dominante naturaliza a desigualdade ao priorizar rentabilidade sobre justiça distributiva.
4. Enquanto a lógica do capital improdutivo drena recursos públicos e enfraquece o Estado, a promessa de progresso torna-se um luxo distante.
5. Não falta riqueza no Brasil — falta uma política econômica que a redistribua com justiça e racionalidade.

Aqui decidi explicar os primeiros para que vocês entendam como funciona o babado:

1. “O crescimento do PIB, por si só, deixou de ser sinônimo de desenvolvimento quando passou a servir ao lucro de poucos, em vez do bem-estar de todos.”

O que isso significa?

Durante décadas, o Produto Interno Bruto foi tratado como principal termômetro de sucesso de uma nação. No entanto, essa métrica apenas soma a produção de bens e serviços, sem considerar **como essa riqueza é distribuída** ou **se ela melhora de fato a vida das pessoas**. Um país pode ver seu PIB crescer enquanto aumentam o desemprego, a fome ou o desmatamen-

to. Quando o crescimento econômico beneficia apenas grandes grupos financeiros e setores privilegiados, sem chegar à maioria da população, ele perde seu valor como símbolo de progresso. Portanto, **o verdadeiro desenvolvimento precisa ser medido por indicadores de qualidade de vida, como acesso à saúde, educação, renda digna e justiça social.**

2. “A financeirização da economia tem transformado riqueza em privilégio estéril, concentrado em circuitos que pouco tocam a realidade das maiorias sociais.”

O que isso significa?

A financeirização é o processo pelo qual os mercados financeiros e seus instrumentos se tornam o eixo central da economia, substituindo a produção e o trabalho como base de criação de riqueza. Nessa lógica, **os lucros vêm da especulação, da dívida e da concentração de capital**, não da geração de empregos ou da oferta de bens e serviços essenciais. Isso significa que a riqueza circula em um “andar de cima” da economia — bancos, fundos, bolsas — **sem gerar impacto positivo real na vida da maioria da população**. Assim, a riqueza se transforma em um privilégio estéril: cresce para poucos, mas não frutifica em melhorias coletivas.

3. “O modelo econômico dominante naturaliza a desigualdade ao priorizar rentabilidade sobre justiça distributiva.”

O que isso significa?

Na lógica atual, o sucesso de uma economia é medido pela sua capacidade de atrair investimentos e gerar lucros — e não pela sua habilidade de distribuir renda ou garantir dignidade a todos. Isso faz com que a **rentabilidade de empresas e instituições financeiras se torne mais importante que o acesso da população a direitos básicos**, como moradia, alimentação e educação. A desigualdade deixa de ser tratada como uma falha do sistema e passa a ser encarada como um “efeito colateral inevitável”. Com isso, **a injustiça estrutural é mascarada como resultado natural da ordem econômica, e não como uma escolha política.**

4. “Enquanto a lógica do capital improdutivo drena recursos públicos e enfraquece o Estado, a promessa de progresso torna-se um luxo distante.”

O que isso significa?

O capital improdutivo é aquele que **não gera bens, empregos nem serviços**, mas apenas lucros para quem detém grandes fortunas, via juros, dívidas públicas, especulação financeira e isenções fiscais. Esse sistema extrai recursos do Estado — via pagamento de juros da dívida, incentivos ao capital financeiro e desonerações fiscais — ao mesmo tempo que **impede o investimento público em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura social**. O Estado fica financeiramente asfixiado, e a promessa de um progresso com inclusão e justiça social **vira um discurso vazio, incapaz de se realizar na prática.**

5. “Não falta riqueza no Brasil — falta uma política econômica que a redistribua com justiça e racionalidade.”

O que isso significa?

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, mas não por falta de riqueza. Pelo contrário, o país possui vastos recursos naturais, produtividade



agrícola, cadeias industriais e um sistema financeiro altamente lucrativo. O problema não está na geração de riqueza, mas em **como ela é apropriada e redistribuída**. A maior parte do orçamento público, por exemplo, é consumida por mecanismos que favorecem o capital financeiro — como o pagamento de juros da dívida pública — enquanto áreas sociais vivem sob cortes e austeridade. Assim, o que falta é um **modelo de gestão econômica que enfrente os privilégios fiscais, tribute grandes fortunas e invista na construção de bem-estar coletivo**.

Outros pontos abordados na obra do economista Ladislau Dowbor:



*** Tributação, orçamento público e justiça fiscal**

Um sistema tributário que penaliza os mais pobres e poupa os mais ricos revela que a desigualdade não é acidente — é escolha política.

A captura do orçamento público por interesses privados esvazia a capacidade do Estado de promover equidade social.

A ausência de uma reforma tributária progressiva perpetua a lógica perversa de um país que tributa consumo e não fortuna.

Sem justiça fiscal, qualquer ideia de democracia econômica se torna fachada institucional.

*** Educação, saúde e políticas públicas**

A precarização dos serviços públicos não decorre da falta de recursos, mas da má gestão e do sequestro financeiro do orçamento.

A lógica da austeridade fiscal sacrifica o essencial em nome do supérfluo: corta da escola e do hospital, mas preserva o privilégio bancário.

Desfinanciar políticas públicas é perpetuar a exclusão como destino de milhões.

*** Tecnologia, dados e poder corporativo**

O controle dos dados e da informação pelas grandes corporações revela uma nova forma de concentração de poder: invisível, mas decisiva.

A economia digital, quando guiada pelo lucro e não pela ética, transforma pessoas em algoritmos e dados em moeda.

O conhecimento, cada vez mais privatizado, deveria ser bem comum — e não ativo financeiro.

*** Sustentabilidade e modelo de desenvolvimento**

Um modelo econômico que destrói ecossistemas para gerar lucro de curto prazo é, no fundo, uma máquina de inviabilizar o futuro.

O planeta oferece abundância; o sistema, escassez. Essa contradição denuncia a irracionalidade do atual modelo de desenvolvimento.

*** Democracia e economia política**

Sem democratizar a economia, qualquer projeto de justiça social permanecerá incompleto.

A financeirização não apenas captura o dinheiro — ela captura também a política, a mídia e a própria ideia de bem comum.

Governar com justiça exige coragem para confrontar o poder financeiro que dita as regras por trás dos bastidores.

Mais ideias para Teses e Tópicos frasais:

TESE OU TÓPICO FRASAL:

A ideia de progresso infelizmente ainda é associada a um modelo desenvolvimentista tradicional e arcaico, o qual prioriza o acúmulo de poder e de riqueza em detrimento da justiça social e da equidade.

SINÔNIMOS NADA CLICHÊS:

- * A concepção moderna de progresso, tão celebrada quanto desigual, ainda privilegia o crescimento econômico como fim último, mesmo quando esse crescimento se ergue sobre estruturas de exclusão.
- * A ideia de progresso, determinante de grande parte das decisões sociais, expõe as marcas de um modelo ultrapassado, que confunde avanço social com acúmulo de riqueza e ignora os princípios de justiça e dignidade coletiva.
- * O discurso hegemônico sobre progresso, ainda preso às engrenagens do modelo desenvolvimentista, prioriza cifras e estruturas de poder e silencia vozes que clamam por equidade e reparação histórica.
- * O imaginário moderno de desenvolvimento segue preso a estruturas arcaicas que associam progresso à concentração de poder e negligenciam o compromisso com a equidade social.
- * Ainda predomina uma concepção reducionista de progresso, moldada por interesses econômicos e lógicas coloniais que marginalizam o bem comum em nome da produtividade.
- * A visão hegemônica de progresso insiste em medir o valor de uma sociedade por sua capacidade de acumular, esquecendo-se de que não há avanço real onde há exclusão sistemática.
- * Ainda há uma equivocada associação entre progresso e crescimento econômico vertical mesmo quando esse modelo se revela incapaz de promover justiça, redistribuição e bem-estar coletivo.
- * A lógica desenvolvimentista que ancora a noção de progresso ainda opera com base em critérios elitistas, priorizando riqueza e poder em detrimento da reparação histórica e da inclusão.
- * Mesmo diante das múltiplas crises contemporâneas, a ideia de progresso segue contaminada por um modelo econômico concentrador, que distorce o sentido de avanço social.
- * A narrativa que sustenta o desenvolvimento contemporâneo ignora vozes dissidentes ao reafirmar um progresso centrado em cifras, e não em vínculos humanos e reparação social.
- * A ideia de progresso, enraizada no paradigma desenvolvimentista, perpetua desigualdades ao associar sucesso ao acúmulo econômico.
- * A modernidade instaurou uma visão distorcida de progresso, na qual o crescimento material se sobrepõe às necessidades humanas coletivas.



- * A concepção hegemônica de progresso, forjada pelo modelo desenvolvimentista moderno, subordina a justiça social à lógica do capital.
- * O ideal moderno de desenvolvimento privilegia a concentração de poder e riqueza e marginaliza princípios como equidade e bem comum.
- * O projeto moderno de progresso, centrado na acumulação e na supremacia tecnológica, negligencia os valores da justiça distributiva e da sustentabilidade.
- * A racionalidade desenvolvimentista transforma o ideal de progresso em instrumento de dominação econômica e epistêmica.
- * A crença no progresso linear e ilimitado, típica do “projeto” moderno, invisibiliza outras formas de construção de futuro com justiça e pluralidade.

O QUE ISSO SIGNIFICA? (PERCEBAM QUE VOCÊS PODERÃO TIRAR DAQUI O QUE FUNCIONARÁ COMO A AMPLIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO DE VOCÊS)

A visão mais comum (ou **narrativa dominante**) sobre o que significa “progredir” **ainda segue os parâmetros do modelo desenvolvimentista moderno**, ou seja, um modelo baseado nas ideias da modernidade ocidental, que associa progresso a: crescimento econômico acelerado a qualquer custo, avanço tecnológico, competitividade, aumento do lucro e do poder de mercado.

Nesse tipo de lógica, **o sucesso de uma nação ou de um projeto social é medido por indicadores materiais**, como o Produto Interno Bruto (PIB), grandes obras de infraestrutura, expansão de mercados ou consumo de bens.

No entanto, a **consequência dessa visão de progresso** é que ela só **beneficia os que já detêm poder e riqueza, deixando de lado valores essenciais como a justiça social e a equidade**, ou seja, **a distribuição justa de oportunidades, de direitos e de recursos entre todos os grupos sociais**, principalmente, os historicamente marginalizados.

A forma como a sociedade entende o progresso está ultrapassada: ainda foca em dinheiro e poder, enquanto ignora o bem-estar coletivo, a redução das desigualdades e o respeito à diversidade social.

Há, na verdade, uma contradição silenciosa, mas persistente: a ideia de progresso, que deveria apontar para um futuro mais justo, continua presa a um modelo velho, excludente e concentrador. Em vez de guiar a sociedade rumo à igualdade e ao bem comum, essa noção de desenvolvimento exalta a acumulação — mais lucro, mais controle, mais prestígio para poucos — enquanto deixa à margem as urgências da maioria. Chama-se de “tradicional e arcaico” o modelo que mede o avanço de um país pelo tamanho de seus edifícios, pela velocidade de suas máquinas ou pela cotação de seus ativos, ignorando se há pão na mesa, saúde na vila ou dignidade no campo. É uma visão que transforma progresso em privilégio, crescimento em competição, modernização em apagamento e, enquanto a sociedade continuar confundindo progresso com poder, o abismo entre riqueza e justiça se alargará.

A noção de progresso que ainda direciona muitas políticas e discursos sociais permanece atrelada a um modelo desenvolvimentista antigo e desigual, que confunde avanço com acúmulo de poder e riqueza. Nesse sentido, em vez de promover justiça social e bem-estar coletivo, essa lógica prioriza indicadores econômicos e ignora as desigualdades que aumentam à sombra desse crescimento. Assim, percebe-se uma visão que transforma o progresso em privilégio: celebra-se o aumento do PIB enquanto populações inteiras seguem sem acesso a direitos básicos. Dessa forma, ao manter essa ideia como parâmetro de sucesso, a sociedade repete velhos erros com novas embalagens e perpetua estruturas de exclusão sob o disfarce da modernização, como é o que acontece com a atual situação da educação do país, a partir da ilusória Reforma do Ensino Médio, já que não houve uma efetiva transformação do ensino para incluir jovens de diferentes realidades em um processo de transformação efetiva. Portanto, descolonizar o imaginário do desenvolvimento e reconstruir o sentido de progresso a partir da equidade, da dignidade e da pluralidade de saberes é a forma mais decente de reparar um dano histórico como o atrasado formato educacional. Afinal, não é justo uns terem acesso a aulas de Robótica enquanto outros seguem aprendendo a fazer brownie.

Fernanda Pessoa



ANOTAÇÕES